

## CONTRATO 01/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E  
TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e a  
Sra. **MARIA DO CARMO PIRES SANTANA** PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIARISTA.

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL,  
AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL"**, pessoa  
jurídica de direito público, com sede administrativa situada á Rua Rio de Janeiro nº  
1.125 , Jd. Santa Maria, São José dos Quatro Marcos - MT, devidamente inscrito no  
CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, neste ato representado pela sua Presidente  
**Srª MARIA MANEA DA CRUZ**, brasileira, viúva, professora, residente e domiciliada na  
Rua Sepotuba, nº 2529 na cidade de Lambari D'Oeste - MT, portadora da Cédula de  
Identidade nº. 0647.545-0 SSP-MT e inscrita no CPF sob nº. 453.292.301-87,  
doravante denominado de CONTRATANTE, e a Sra. **MARIA DO CARMO PIRES  
SANTANA**, brasileira, casada, autônoma, Carteira de Identidade RG nº 1103797-0 SJ-  
MT, CPF nº 808.846.441-20, residente e domiciliado na Rua 15 de Junho, nº 156 –  
Bairro Jardim Bela Vista em São José dos Quatro Marcos-MT, doravante denominado  
de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços  
nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Prestação de serviços de diarista na limpeza e faxina do prédio e instalações da  
sede do Consórcio, na Rua Rio de Janeiro, nº 125, Bairro Jardim Santa Maria.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O regime de execução dos serviços, na forma da Lei é o de execução indireta na modalidade de prestação de serviços por preço global, nos termos estatuídos pelo Art. 6º, Inciso VIII, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 – O Valor global do presente contrato é de **R\$ 6.357,00** (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais), para a prestação de serviços previstos na Cláusula Primeira e em obediência a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 – Os pagamentos serão efetuados através de emissão de cheques nominal ou creditados a conta da contratada, não havendo adiantamento por conta da prestação dos serviços.

3.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente ao final de cada mês, sendo a primeira parcela referente ao mês de fevereiro de 2014 no valor de R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais) e os demais meses do ano de 2.014 no valor de R\$ 596,00 (quinhentos e noventa e seis reais);

3.4 – Nenhum pagamento isentará o contratado de suas responsabilidades, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados total ou parcial;

3.5 – As faltas e não execução dos serviços serão deduzidos do pagamento mensal;

3.5 – No preço contratado já estão inclusos todos os tributos incidentes ou que venham incidir, inclusive o ISSQN e Contribuição previdenciária;

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 – A execução dos serviços inicia-se na data da assinatura do presente termo e estende-se até o dia 31 de dezembro de 2014.

4.2 - O presente Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o consórcio, conforme preceitua o artigo 57, em seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**

5.1 - Os recursos necessários para cobrirem as despesas decorrentes da presente correrão por conta de recursos próprios consignados no orçamento anual do Consórcio na seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.01. Secretaria Executiva

04. Administração Geral

2.002 – Manutenção do CIDES Nascentes do Pantanal

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

6.1 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços que lhe compete no mínimo 3 (três) vezes na semana, com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Consórcio e seus parceiros.

6.2 – A CONTRATADA deverá executar os serviços preferencialmente na segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira no período matutino. Salvo se lhe for solicitado outros dias e horários a critério da administração;

6.3 - O CONTRATANTE fornecerá todos os materiais, ferramentas, utensílios e produtos necessários a boa execução dos serviços;

6.4 - Cabe ao Consórcio, a seu critério e, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução dos serviços ora contratados;

6.5 - A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Consórcio.

6.6 - A existência e a atuação da fiscalização do Consórcio, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que se concerne aos serviços contratados e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

7.1 - Caso deixe de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, as partes ficarão sujeitas à aplicação de multas variáveis de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.2 – A Contratada terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade, e por ela dado ciente, para recolhimento da multa.

7.3 – Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, nas condições do parágrafo 6º do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO**

8.1 – A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o Consórcio;
- b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- c) Judicial – nos termos da legislação processual.

## **CLÁUSULA NONA – DA LICITAÇÃO**

9.1 – O presente Contrato fica dispensado de licitação em conformidade com o inciso II do Art. 24 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

10.1 – Aplica-se a Lei Federal n.º 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei Federal 8.666 de 21.06.93, fica assegurada o Consórcio a prerrogativa de:

- l) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação, às finalidades de interesse público respeitado os direitos da contratada;

II) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

III) fiscalizar-lhe a execução dos serviços;

IV) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta e comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º, do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.4 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 - A Auxiliar Administrativo do Consórcio, MARA GLEICER NEVES, fica designada responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

13.2 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações, se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.3 – A CONTRATADA não poderá sub-empregar a execução dos serviços sob nenhuma hipótese.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 – Por assentimento mútuo, sujeita-se às partes, aplicações nas normas da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93; nos casos omissos, elegem as entidades contratantes



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL,  
AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL"**

Sede: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT – Fone: Cel 9973-5078 – CNPJ 08.979.143/0001-07

Municípios:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAI, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE,  
PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

E-mail: [nascentesdopantanal@gmail.com](mailto:nascentesdopantanal@gmail.com) - SITE: [www.nascentesdopantanal.org.br](http://www.nascentesdopantanal.org.br)

o Foro da Comarca do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

São José dos Quatro Marcos- MT, 11 de FEVEREIRO de 2.014.

---

Assessor jurídico

---

Responsável Pela Fiscalização  
MARA GLEICER NEVES

---

**MARIA MANEA DA CRUZ**  
Presidente Do CIDESAT "Nascentes Do Pantanal"  
Contratante

---

**MARIA DO CARMO PIRES SANTANA**  
Contratado

**TESTEMUNHAS:**

---

NOME: DARIU ANTONIO CARNIEL  
RG: 386.421 – SSP/MT  
CPF: 383.380.331-20

---

NOME: DANILO RICARDO PIVETTA  
RG: 2.137.789-8 SSP/MT  
CPF: 032.867.841-41